

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Tomé-Açu**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

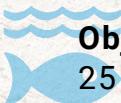
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Tomé-Açu (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

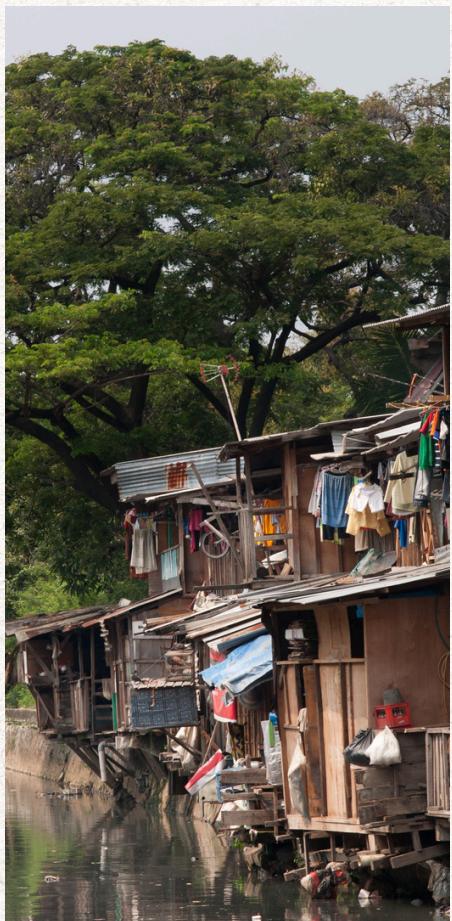


Evolução da Taxa de Pobreza

Em Tomé-Açu, a taxa de pobreza apresentou uma tendência oscilante entre 2019 e 2023. Em 2019, estava em 57,3%, caindo levemente para 55% em 2020 e mantendo-se em 55,3% em 2021. Em 2022, houve um forte aumento, atingindo o pico de 59,2%. Em 2023, observa-se queda para 48,7%, indicando um recuo expressivo, mas ainda superior ao nível de 2020. Na Região de Integração Rio Capim, oscilou de 44,3% em 2019 para 43% em 2020, subindo para 44% em 2021, atingindo 63% em 2022 e recuando para 46,3% em 2023. No estado do Pará, a trajetória foi de 41,7%

em 2019 para 40,7% em 2020, 42% em 2021, salto para 59,2% em 2022, e queda para 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

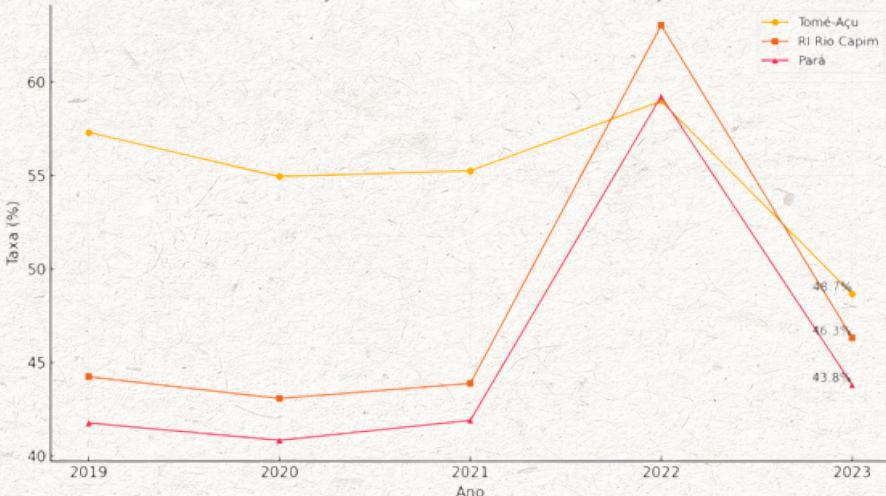
Essa trajetória revela que 2022 foi um ano crítico para todos os territórios analisados, com aumento acentuado da pobreza. Esse pico pode estar associado a efeitos econômicos pós-pandemia e impactos inflacionários. Apesar da melhora em 2023, os valores permanecem acima dos patamares de 2020, sugerindo que a recuperação ainda não retornou aos níveis pré-crise. A tendência de 2023, no entanto, indica uma possível re-





versão positiva, com destaque para o estado do Pará, que conseguiu reduzir a taxa em 15,4 pontos percentuais em um ano. Tomé-Açu também apresentou importante recuo (-10,5 p.p.), embora ainda mantenha uma taxa significativamente elevada em relação ao estado (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 48,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

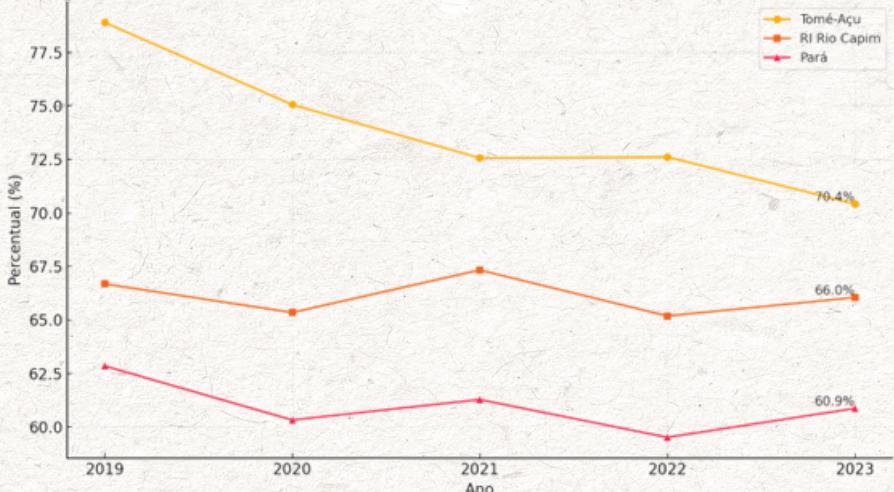
Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Tomé-Açu, os percentuais de despesas com serviços essenciais seguiram tendência de queda ao longo do período. Em 2019, o percentual era de 78,7%, diminuindo para 75,2% em 2020, 72,6% em 2021 e mantendo-se em 72,6% em 2022. Em 2023, caiu ainda mais, alcançando 70,4%. Já na Região de Integração Rio Capim, os valores variaram de 66,8% (2019) para 65,3% (2020), subindo levemente para 67,4% (2021), depois caindo para 65,2% (2022), e finalizando em 66% (2023). O estado do Pará seguiu padrão semelhante, começando com 62,6% em 2019, caindo para 60,4% em 2020, e encerrando 2023 em 60,9% (Gráfico 2).

A tendência de redução nas despesas públicas essenciais em Tomé-Açu é preocupante, pois indica possível retração na oferta ou qualidade de serviços básicos como saúde, educação e saneamento. O município manteve valores sistematicamente superiores aos da região e do estado, mas com tendência de convergência negativa. A RI Rio Capim apresentou mais estabilidade, oscilando levemente em torno da faixa de 65% a 67%. Já o estado do Pará apresentou a menor proporção de investimento nesse segmento, mantendo-se abaixo de 63% durante todo o período, com leve recuperação apenas em 2023 (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Tomé-Açu apresentou uma evolução com variações expressivas nesse indicador. Em 2019, a taxa era de 6%, subindo para 6,9% em 2020, depois caindo para 6,2% em 2021, voltando a subir em 2022 para 6,6% e atingindo 8% em 2023. A Região de Integração Rio Capim iniciou com 6% em 2019, subiu para 6,4% (2020), alcançou 7,1% (2021), estabilizou em 7% (2022) e finalizou com 7% novamente em 2023. O estado do Pará apresentou um patamar mais elevado: partiu de 7,6% em 2019, manteve 7,6% em 2020, depois subiu para 7,9% em 2021, 8,5% em 2022 e alcançou 9% em

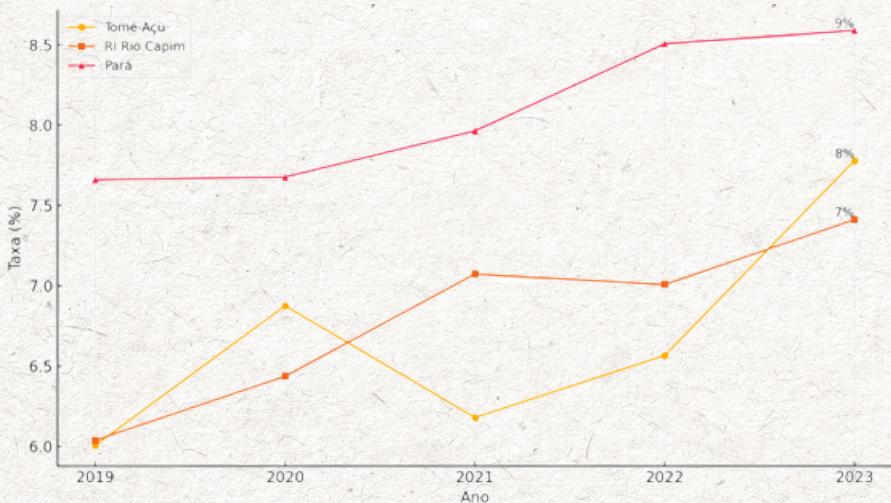
2023 (Gráfico 3).

A tendência de crescimento generalizado do baixo peso ao nascer indica agravamento das condições de saúde materno-infantil. Em Tomé-Açu, o aumento de 2 pontos percentuais entre 2021 e 2023 (de 6% para 8%) é sinal de alerta. A RI Rio Capim, embora tenha se estabilizado em 7% nos dois últimos anos, apresenta uma evolução ascendente no período total. O estado do Pará, por sua vez, manteve trajetória contínua de alta, o que sugere problemas estruturais mais amplos, possivelmente relacionados à pobreza, alimentação inadequada e fragi-

lidade no pré-natal. A correlação com o aumento da pobreza em 2022 é plausível e sugere que políticas públicas integradas podem ser necessárias para reverter o cenário (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

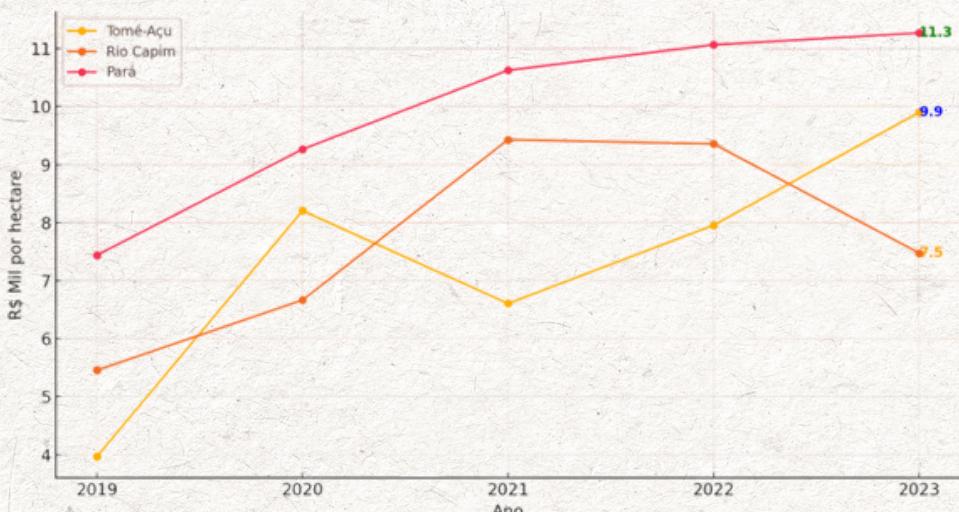


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em Tomé-Açu, a produtividade agrícola começou em R\$ 4,0 mil/ha em 2019 e apresentou uma forte alta em 2020, atingindo R\$ 8,2 mil/ha. No entanto, em 2021 houve queda para R\$ 6,7 mil/ha, seguida de recuperação para R\$ 8,0 mil/ha em 2022, e novo avanço expressivo para R\$ 9,9 mil/ha em 2023. A RI Rio Capim teve um início em R\$ 5,5 mil/ha em 2019, subiu de forma constante até R\$ 9,4 mil/ha em 2021 e 2022, mas sofreu redução para R\$ 7,5 mil/ha em 2023. O estado do Pará apresentou a trajetória mais estável e crescente, iniciando em R\$ 7,4 mil/ha (2019) e alcançando R\$ 11,3 mil/ha em 2023 (Gráfico 4).

A análise evidencia que, apesar das oscilações, Tomé-Açu encerrou o período com uma produtividade bem superior ao início da série, mostrando recuperação e possível modernização agrícola. Já a RI Rio Capim perdeu competitividade em 2023, com redução de quase 2 pontos em relação ao ano anterior. O desempenho de Tomé-Açu foi mais volátil, mas conseguiu ultrapassar a média regional no último ano. O estado do Pará demonstrou um crescimento robusto e sustentado, com evolução anual constante, sinalizando boas práticas e investimentos eficazes no setor agrícola em escala estadual (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9,9 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

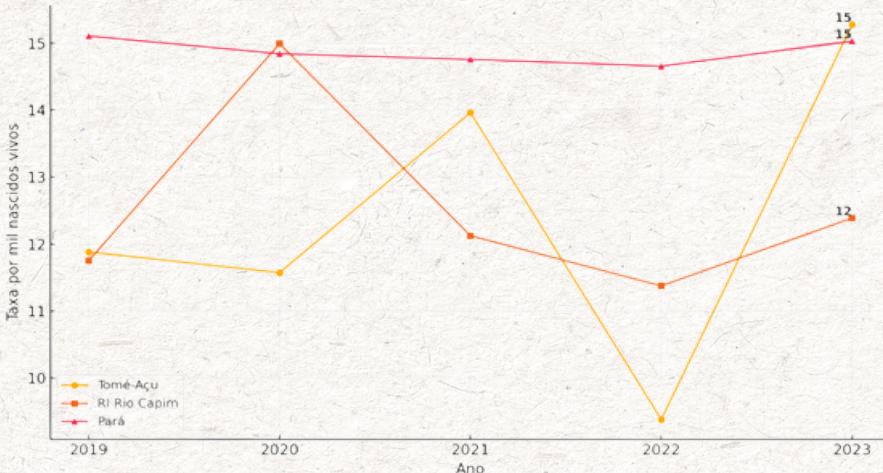
Em Tomé-Açu, a taxa de mortalidade infantil apresentou oscilações marcantes, iniciando em 11,8 (2019), caindo levemente para 11,6 (2020), e subindo para 14,0 em 2021. O valor caiu drasticamente em 2022, atingindo 9,4, o menor da série, e encerrou 2023 com uma alta abrupta, alcançando 15,2. Na RI Rio Capim, a taxa partiu de 11,8 (2019), saltou para 15,0 (2020), depois caiu gradativamente até 11,4 (2022), e fechou em 12,3 (2023). Já o estado do Pará manteve uma taxa mais estável, variando de 15,1 (2019) para 14,7 (2023), com pequenas oscilações intermediárias (Gráfico 5).

O comportamento de Tomé-Açu revela um cenário instável, com fortes variações, o que pode indicar inconsistência nos serviços de saúde materno-infantil. A RI Rio Capim também registrou uma alta expressiva em 2020, com subsequente queda, sugerindo influência de fatores pontuais. Em contraste, o estado do Pará manteve estabilidade relativa, embora com taxas consistentemente mais altas que as demais regiões até 2022. O crescimento em Tomé-Açu em 2023, superando inclusive o valor estadual, é preocupante e merece atenção das autoridades locais para contenção de fatores de risco à primeira infância (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

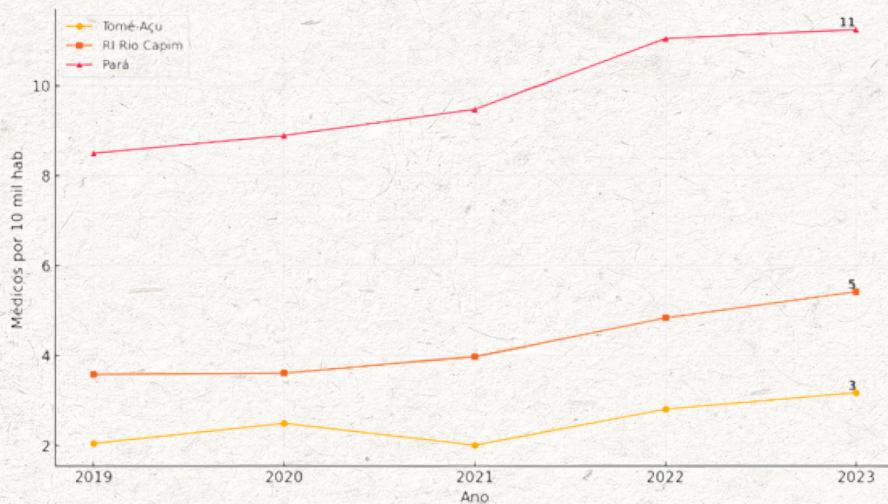
O número de médicos em Tomé-Açu aumentou de forma modesta entre 2019 e 2023. Em 2019, havia 2 médicos por 10 mil habitantes, passando para 2,5 em 2020, recuando para 2 em 2021 e voltando a crescer para 2,8 em 2022, encerrando com 3 médicos em 2023. Na RI Rio Capim, o crescimento foi constante: de 3,6 (2019) para 5 médicos por 10 mil habitantes (2023). Já o estado do Pará apresentou uma trajetória mais robusta, iniciando com 8,5 médicos por 10 mil hab. (2019) e encerrando com 11 médicos em 2023 (Gráfico 6).

A discrepância entre Tomé-Açu e o estado

do Pará é significativa, com a média estadual quase quadruplicando o índice municipal. Apesar do crescimento lento, a evolução na RI Rio Capim sugere um esforço regional de melhoria no acesso à saúde. O salto estadual mais acentuado a partir de 2021 pode estar associado à ampliação de programas federais e estaduais de interiorização da medicina. Tomé-Açu, contudo, permanece em situação crítica quanto à presença de profissionais médicos, o que possivelmente contribui para a instabilidade da taxa de mortalidade infantil observada no mesmo período (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O município de Tomé-Açu apresentou queda contínua no número de vagas no ensino público, iniciando com 323 vagas por mil habitantes em 2019 e encerrando com 270 em 2023. A redução foi suave até 2021 (318 vagas), mas se intensificou nos anos seguintes, com quedas de 21 pontos em 2022 e 29 em 2023. Na RI Rio Capim, os números oscilaram: de 220 (2019), caíram para 213 (2020), mantiveram-se em 212 (2021), subiram para 232 (2022) e recuaram para 210 em 2023. O estado do Pará seguiu trajetória semelhante, com 211 vagas (2019), 207 (2020), 208 (2021), alta para 219 (2022), e queda para 198 em 2023 (Gráfico 7).

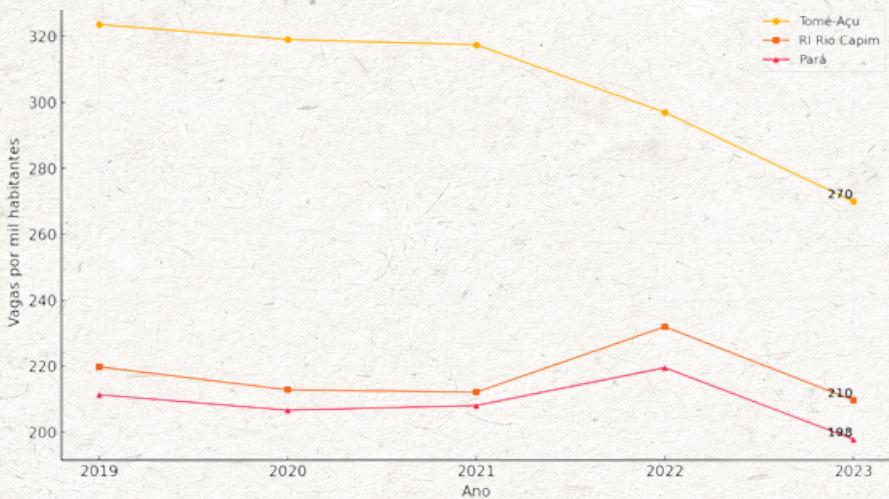
A tendência de queda em Tomé-

Açu contrasta com sua destaca-
da posição inicial no com-
parativo regional e estadual.
Ainda que o município continue
apresentando a maior razão de
vagas por mil habitantes em
2023, a redução contínua sugere
retração na oferta educacional.
A RI Rio Capim teve uma breve
recuperação em 2022, mas tam-
bém sofreu retração no último
ano. O Pará, embora com meno-
res valores ao longo da série, ex-
perimentou a mesma dinâmica.
Esses dados indicam um pos-
sível desaquecimento dos inves-
timentos públicos em educação
básica nos últimos anos, espe-
cialmente após o pico de 2022,
que pode ter sido influenciado
por políticas de retomada pós-
pandemia (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 270 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

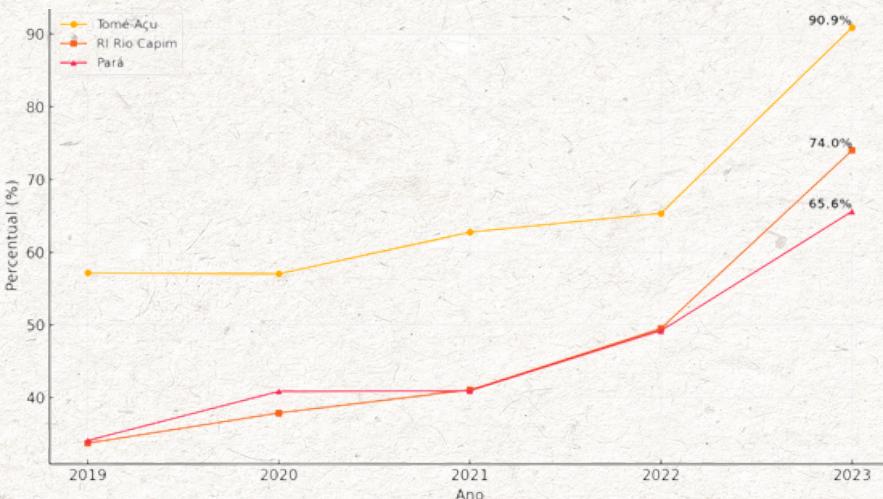
Em Tomé-Açu, o percentual de escolas com acesso à internet passou de 57% em 2019 para 90,9% em 2023, com leve estagnação nos dois primeiros anos e avanços sucessivos a partir de 2021. A RI Rio Capim apresentou crescimento significativo, saindo de 33,9% (2019) para 74% (2023), com especial destaque para o salto entre 2022 (49,1%) e 2023. No Pará, o crescimento foi também expressivo, de 33,6% para 65,6%, com evolução mais gradual até 2022 e maior aceleração no último ano (Gráfico 8).

O desempenho de Tomé-Açu é notável, ultrapassando amplamente as médias regional e

estadual ao final do período. Esse avanço pode estar relacionado a investimentos locais em conectividade educacional, inclusive em resposta às demandas do ensino remoto durante a pandemia. A RI Rio Capim acompanhou essa tendência, embora com um ponto de partida mais baixo. O estado do Pará, embora com avanços claros, ainda se encontra com cobertura inferior a 70%, sinalizando desigualdade no acesso digital entre os municípios e a necessidade de políticas públicas voltadas à universalização da conectividade nas escolas (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

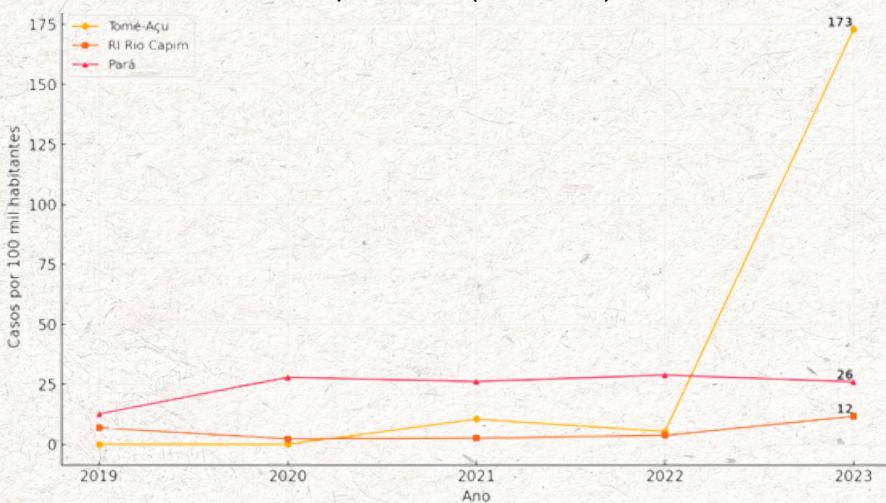


Em Tomé-Açu, o número de casos por 100 mil habitantes era praticamente nulo em 2019 e 2020, saltando para 10,2 em 2021 e caindo para 7,4 em 2022. No entanto, em 2023 houve uma explosão nos registros, atingindo 173 casos por 100 mil habitantes um aumento extremamente expressivo e fora do padrão dos anos anteriores. Na Região de Integração Rio Capim, a taxa foi de 9,5 em 2019, baixou para 6,3 em 2020, manteve-se estável em 2021 e 2022 (6,2 e 5,5), e subiu levemente para 12 em 2023. Já no estado do Pará, o indicador partiu de 12,8 (2019) e subiu para 26 em 2023, com tendência ascendente moderada ao longo do período (Gráfico 9).



O cenário em Tomé-Açu chama atenção pelo salto súbito e desproporcional no último ano, que contrasta com os dados anteriores e com a estabilidade da média estadual e regional. Isso pode refletir maior notificação, aumento real de casos, mudanças institucionais ou problemas pontuais locais. A estabilidade do estado e da região, com crescimento gradual, aponta para um desafio persistente e estrutural. O aumento em 2023 pode refletir avanços em denúncias, mas também exige investigação detalhada e políticas urgentes de proteção às mulheres (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 173 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

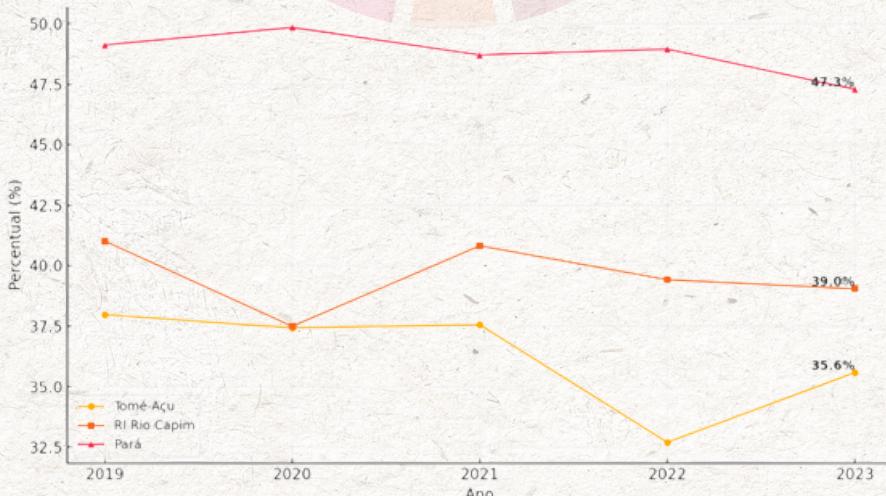
Em Tomé-Açu, o percentual de mulheres em cargos gerenciais apresentou leve oscilação, partindo de 38% em 2019, reduzindo para 37,5% em 2020 e mantendo-se assim em 2021. Em 2022 houve queda mais acentuada para 32,6%, seguida de leve recuperação para 35,6% em 2023. A RI Rio Capim iniciou com 41% em 2019, caiu para 37,5% em 2020, subiu para 40,9% em 2021, mas voltou a cair nos dois anos seguintes, chegando a 39% em 2023. O estado do Pará teve os maiores percentuais: partiu de 49,1% (2019), subiu para 49,8% em 2020, caiu para 48,9% em 2022 e finalizou com 47,3% em 2023 (Gráfico 10).





O desempenho de Tomé-Açu está abaixo da média estadual e regional, com tendência de estagnação e perda de espaço das mulheres em cargos de liderança. Apesar de leve recuperação recente, o percentual de 2023 ainda é inferior ao observado em 2019. A RI Rio Capim apresentou trajetória semelhante, com flutuações modestas e leve queda no período final. O estado, por sua vez, manteve patamares elevados, embora com tendência de queda a partir de 2021. Esses dados sugerem desafios persistentes para equidade de gênero em postos de comando, especialmente em níveis municipais (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Tomé-Açu, o acesso da população de baixa renda à coleta de esgoto foi extremamente limitado ao longo do período. Em 2019 e 2020, o percentual permaneceu em 0,4%. Houve leve aumento para 0,5% em 2021 e um pico de 1% em 2022, seguido de queda para 0,8% em 2023. Na RI Rio Capim, a cobertura foi de 1,3% em 2019 e 2020, subindo para 1,6% em 2021, 2,1% em 2022 e atingindo 2,2% em 2023. Já o estado do Pará apresentou trajetória crescente mais expressiva: partiu de 7% em 2019 e atingiu 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

Apesar dos avanços em nível estadual, Tomé-Açu e sua região permanecem com níveis alarmantemente baixos de coleta de esgoto para a população mais vulnerável. A estagnação entre 2019 e 2021 e o tímido crescimento até 2023 mostram que políticas públicas locais não têm sido suficientes para garantir o direito ao saneamento básico. A RI Rio Capim demonstra melhora mais constante, mas ainda com cobertura inferior a 3%. O Pará, embora avance, ainda revela déficit considerável, o que reforça a urgência de investimentos focados em inclusão e infraestrutura para populações de baixa renda (Gráfico 11).

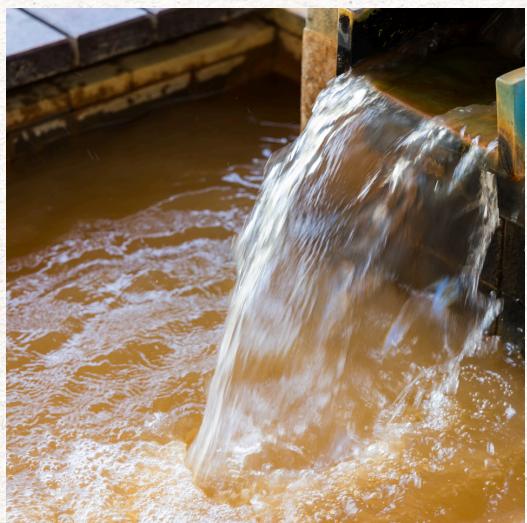
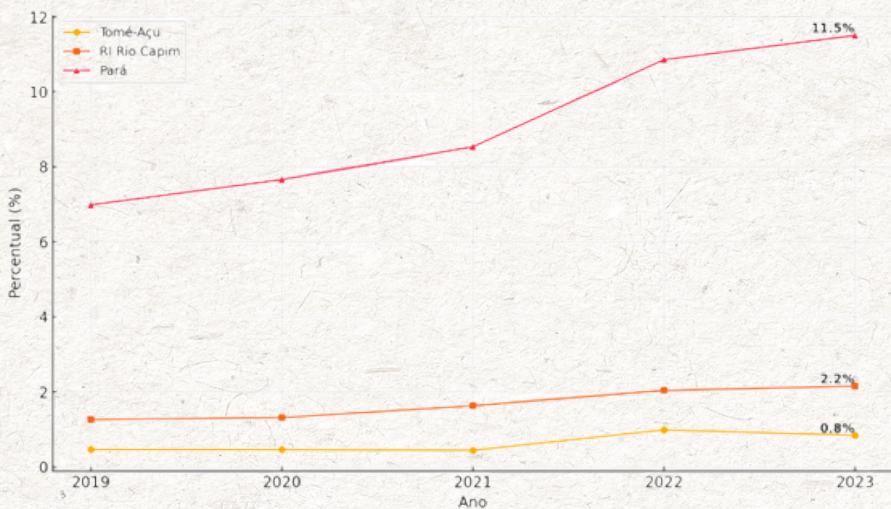




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Tomé-Açu x RI Rio Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Tomé-Açu, o gasto per capita em saneamento básico foi de R\$ 30 em 2019, subindo para R\$ 51 em 2020, caindo levemente para R\$ 49 em 2021, subindo para R\$ 59 em 2022 e encerrando em R\$ 54 em 2023. A RI Rio Capim variou de R\$ 43 em 2019 para R\$ 62 em 2023, com elevação constante a partir de 2021. O estado do Pará iniciou em R\$ 80 (2019), chegou a R\$ 113 em 2020, caiu para R\$ 96 em 2021, teve grande aumento para R\$ 151 em 2022, e finalizou em R\$ 137 em 2023 (Gráfico 12).

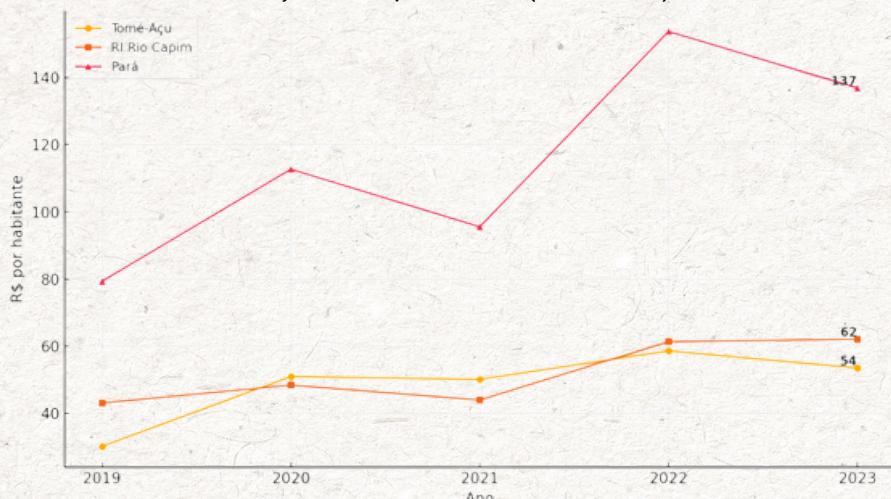
Os dados mostram que Tomé-Açu mantém níveis baixos de investimento em saneamen-

to por habitante, com variações discretas e sem tendência clara de crescimento. A RI Rio Capim demonstra leve progresso, mas também aquém da média estadual. O Pará, por outro lado, realizou investimentos substancialmente superiores, especialmente em 2022, o que pode estar ligado a programas de aceleração da infraestrutura. A discrepância entre os gastos e os baixos percentuais de cobertura de esgoto indicam possível ineficiência na alocação ou execução dos recursos em municípios como Tomé-Açu (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 54/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

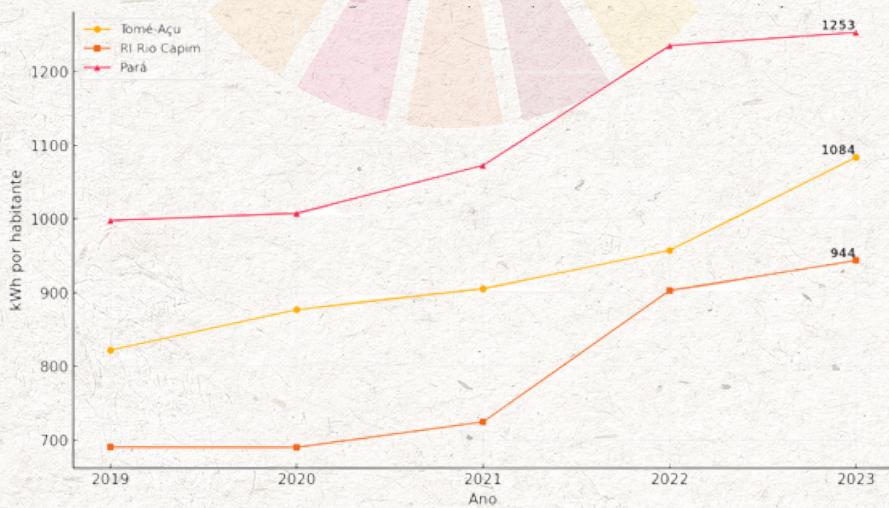


Em Tomé-Açu, o consumo de energia elétrica aumentou gradualmente, passando de 824 kWh/hab. em 2019 para 1084 kWh/hab. em 2023. A RI Rio Capim iniciou em 688 kWh/hab. (2019), manteve-se estável até 2020, subiu lentamente em 2021 (725) e teve forte crescimento em 2022 (901), atingindo 944 kWh/hab. em 2023. Já o estado do Pará partiu de 997 kWh/hab. em 2019 e chegou a 1253 kWh/hab. em 2023, com maior aceleração entre 2021 e 2022 (Gráfico 13).



A tendência geral é de crescimento no consumo per capita, indicando ampliação do acesso à energia e, possivelmente, aumento da atividade econômica ou melhoria nas condições de vida. O avanço mais expressivo no estado do Pará destaca um ritmo de expansão mais intenso que o das demais regiões. Tomé-Açu, apesar de crescimento contínuo, ainda permanece abaixo da média estadual. A RI Rio Capim mostrou maior dinamismo a partir de 2021, reduzindo a distância em relação ao município e ao estado (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.084 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

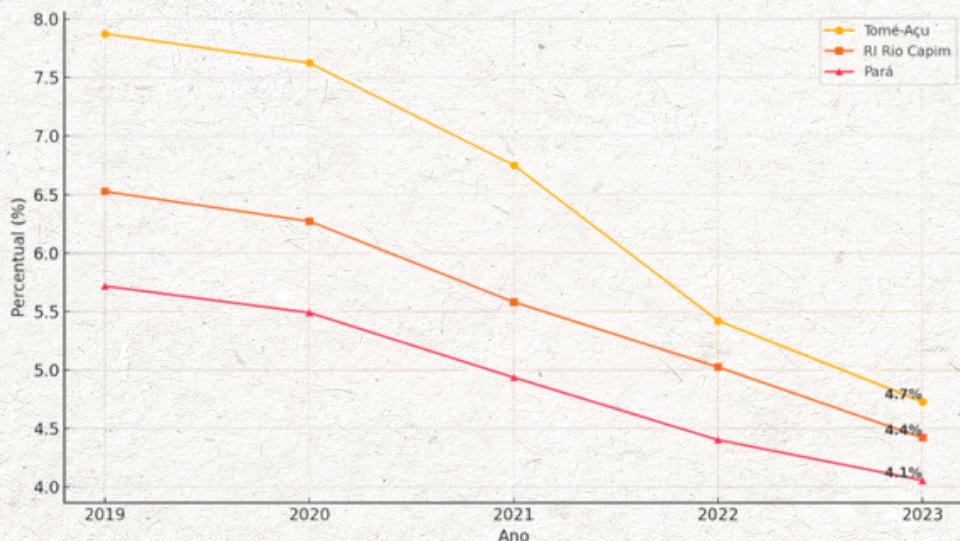
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Tomé-Açu, o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil caiu de 7,9% em 2019 para 4,7% em 2023. A RI Rio Capim apresentou redução de 6,5% para 4,4% no mesmo período, enquanto o estado do Pará passou de 5,7% para 4,1%. A queda foi gradual ao longo dos anos em todas as regiões, com destaque para Tomé-Açu, que teve uma queda mais acentuada entre 2021 e 2022 (Gráfico 14).



Essa redução é positiva e indica avanços na substituição de fontes precárias de iluminação por alternativas mais modernas, como energia elétrica. Apesar de iniciar com o pior índice entre os três recortes, Tomé-Açu demonstrou forte melhora ao longo do tempo. A RI Rio Capim e o estado do Pará seguiram a mesma trajetória, ainda que com valores iniciais mais baixos. O resultado mostra progresso na universalização da energia elétrica entre a população mais vulnerável (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



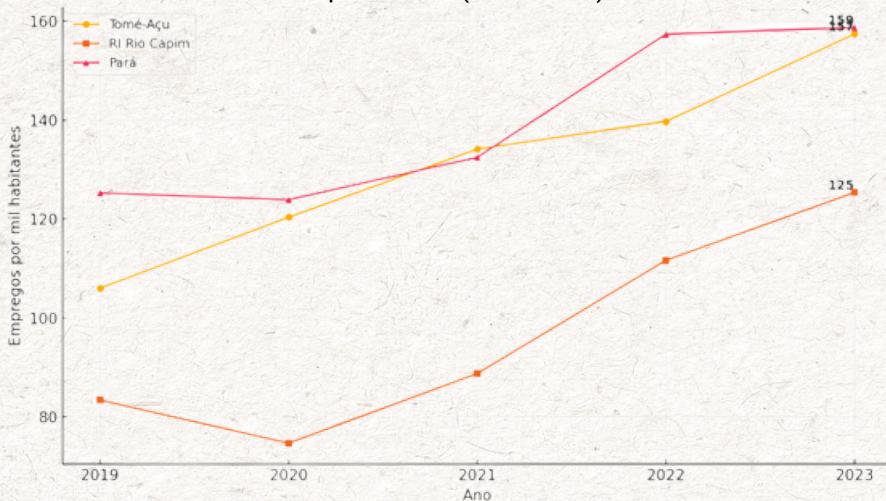
Empregos Formais por Mil Habitantes

O indicador revela melhora significativa na formalização do trabalho, principalmente em Tomé-Açu, que saiu de uma taxa inferior à estadual em 2019 e alcançou o mesmo nível do estado (159) em 2023. Isso evidencia uma inserção laboral mais estruturada e talvez associada ao crescimento de setores formais, como agroindústria ou serviços públicos. A RI Rio Capim, apesar de uma recuperação importante, ainda apresenta defasagem em relação a Tomé-Açu e ao estado. No contexto estadual, o crescimento de 33 pontos em quatro anos demonstra um esforço bem-sucedido de recuperação e formalização pós-pandemia, sendo um sinal positivo para o mercado de trabalho paraense (Gráfico 15).

Em Tomé-Açu, a taxa de empregos formais por mil habitantes aumentou de forma contínua no período. Em 2019, o município registrava 106 empregos formais por mil habitantes, subindo para 120 em 2020, 134 em 2021, 140 em 2022 e atingindo 157 em 2023. A Região de Integração (RI) Rio Capim teve um comportamento semelhante, embora com patamares mais baixos: iniciou com 83 em 2019, caiu para 75 em 2020, subiu para 89 em 2021, 112 em 2022 e alcançou 125 em 2023. O estado do Pará começou com 126 empregos formais por mil habitantes em 2019, manteve-se em 124 em 2020, depois cresceu para 133 (2021), 159 (2022) e finalizou com 159 em 2023 (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 157 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Em Tomé-Açu, o PIB per capita teve evolução positiva de 2018 a 2021, mas com queda no último ano. Partiu de R\$ 10.713 em 2018, subiu para R\$ 11.171 (2019), R\$ 12.832 (2020) e R\$ 16.233 (2021). Em 2022, houve recuo para R\$ 15.681. Na RI Rio Capim, o crescimento foi mais consistente: de R\$ 13.183 (2018) para R\$ 14.450 (2019), R\$ 16.492 (2020), R\$ 18.442 (2021) e R\$ 21.977 (2022). Já o estado do Pará apresentou avanço robusto, partindo de R\$ 18.998 em 2018 e chegando a R\$ 33.954 em 2022, com aumentos expressivos sobretudo entre 2020 e 2022 (Gráfico 16).

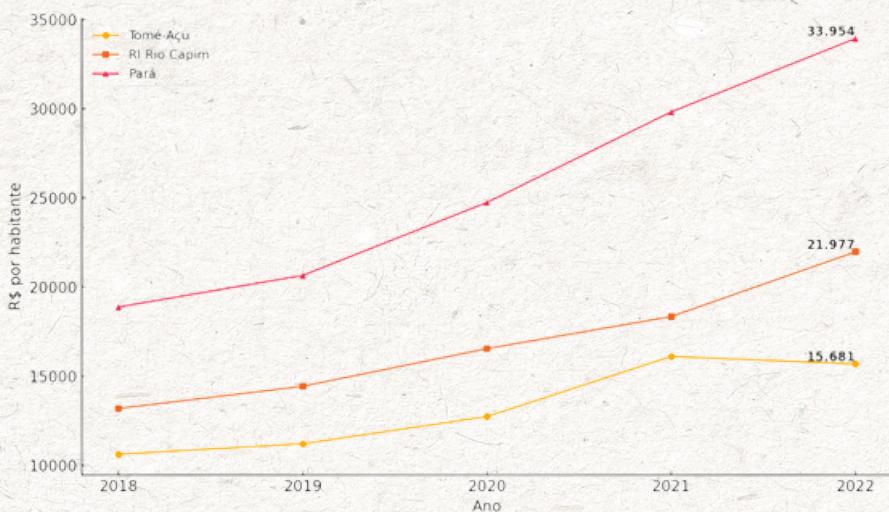
Apesar do bom desempenho



até 2021, Tomé-Açu foi o único entre os três níveis territoriais a registrar queda no último ano, o que pode sinalizar perda de dinamismo econômico local ou queda na produtividade de setores-chave. A RI Rio Capim mostra crescimento contínuo, ultrapassando os R\$ 20 mil por habitante em 2022. O estado do Pará, por sua vez, teve a maior expansão, com crescimento de quase R\$ 15 mil em cinco anos, refletindo o fortalecimento da economia parense, em especial com o avanço da indústria extrativa e da exportação. A diferença entre o município e o estado revela desigualdade significativa de renda territorial (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15.681/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



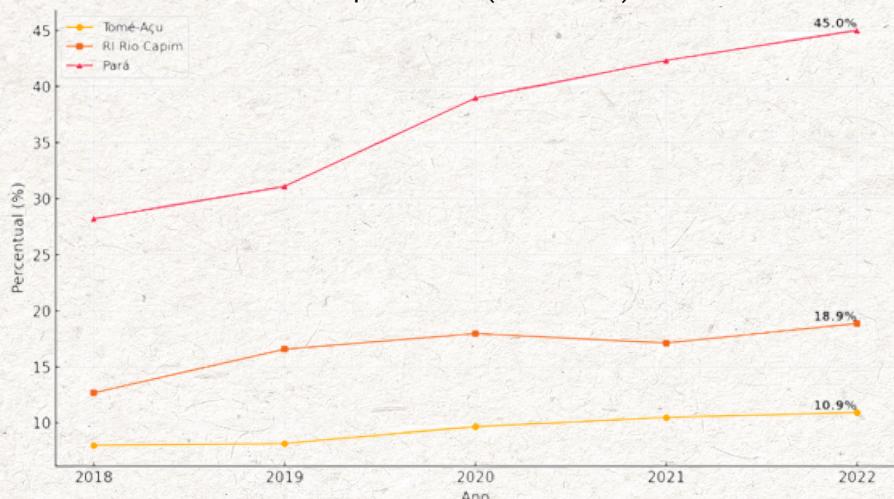
Tomé-Açu manteve baixa participação da indústria em sua economia, com crescimento tímido ao longo do período. Em 2018 e 2019, o percentual era de 8%, subindo para 9,8% em 2020, 10,3% em 2021 e encerrando 2022 com 10,9%. A RI Rio Capim apresentou maior relevância industrial: partiu de 13% (2018), subiu para 16,5% (2019), 18% (2020), teve leve queda para 17,1% (2021) e voltou a subir para 18,9% em 2022. O estado do Pará teve o desempenho mais expressivo: iniciou com 28,4% (2018), subiu para 31,1% (2019), 39% (2020), 42,3% (2021) e 45% em 2022 (Gráfico 17).

Essa evolução mostra que, apesar de algum avanço, Tomé-Açu permanece com estrutura produtiva predominantemente voltada a serviços e agropecuária, com baixa industrialização. Já a RI Rio Capim se destaca com uma composição mais equilibrada, onde a indústria representa quase um quinto do PIB regional. O crescimento acentuado no estado do Pará indica forte expansão industrial, sobretudo no setor extrativo, como mineração e transformação de commodities, o que ajuda a explicar também o aumento do PIB per capita. O contraste entre os territórios evidencia disparidades na base econômica e desafios para a interiorização do desenvolvimento industrial (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Tomé-Açu x RI Rio Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Tomé-Açu, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes cresceu de 9 em 2019 para 12 em 2023, com variações suaves: 11 (2020), 12 (2021), 11,4 (2022) e retorno a 12 em 2023. A RI Rio Capim iniciou com 8,8 profissionais (2019), caiu para 7,5 em 2020 e apresentou forte re-



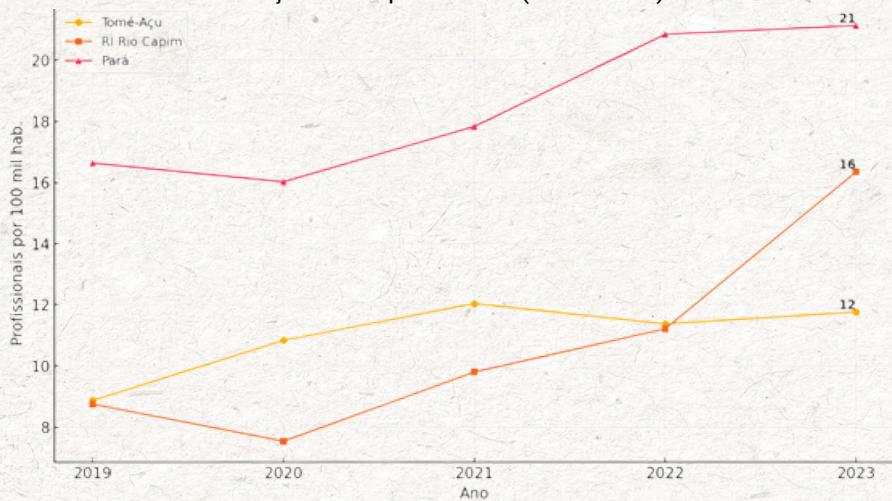
cuperação até atingir 16 em 2023. Já o estado do Pará começou com 16,7 (2019), teve uma leve queda em 2020 (16,1), mas acelerou seu crescimento a partir de 2021, encerrando com 21 profissionais em 2023 (Gráfico 18).



O crescimento estadual demonstra fortalecimento da presença de cientistas e pesquisadores, possivelmente por meio de políticas públicas, fomento à pesquisa ou expansão de instituições de ensino. A RI Rio Capim teve o avanço mais expressivo proporcionalmente, ultrapassando inclusive Tomé-Açu em 2023. O município apresentou estabilidade, mas com evolução modesta, o que pode indicar limitações estruturais ou escassez de centros de pesquisa. A diferença em relação ao estado ainda é relevante, sugerindo concentração de profissionais em polos maiores (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Tomé Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





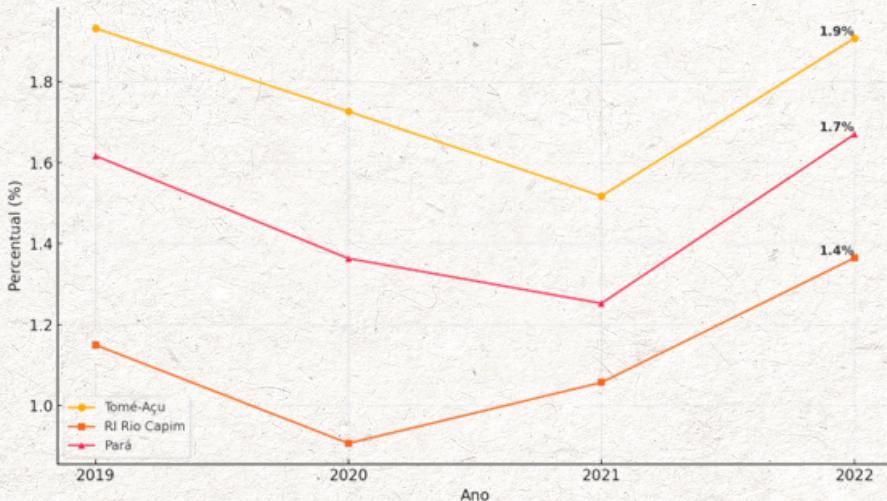
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Tomé-Açu, a massa salarial formal começou em 1,93% do PIB em 2019 e caiu gradualmente até 1,52% em 2021. Em 2022, houve retomada expressiva, alcançando 1,90%, quase recuperando o patamar inicial. A RI Rio Capim também apresentou queda: 1,15% (2019), 0,90% (2020) e 1,05% (2021), com aumento para 1,40% em 2022. O estado do Pará teve trajetória semelhante: de 1,62% (2019) para 1,26% (2021), subindo para 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

Esses dados evidenciam uma recuperação

pós-pandemia nos vínculos formais e sua remuneração. Tomé-Açu manteve-se com o maior percentual da série, demonstrando relativa robustez do emprego formal em sua economia. A RI Rio Capim, embora abaixo dos demais recortes, mostra melhora importante em 2022. O desempenho do estado do Pará segue a mesma lógica, com recuperação mais acentuada entre 2021 e 2022. A retomada pode estar associada à reativação econômica e programas de estímulo ao emprego com carteira assinada (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

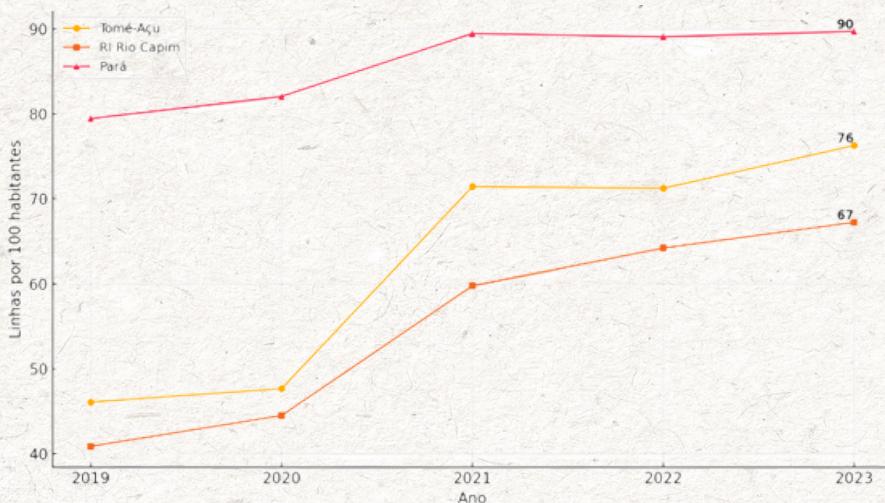
Em Tomé-Açu, o número de linhas móveis por 100 habitantes subiu de 46,4 em 2019 para 48,1 em 2020, com crescimento expressivo em 2021, atingindo 71,4 linhas. Em 2022, o número se manteve estável em 71,3, e voltou a crescer em 2023, chegando a 76. Na RI Rio Capim, os valores foram de 41 em 2019, 44,5 em 2020, 59,8 em 2021, 64,2 em 2022 e 67 em 2023. O estado do Pará apresenta indicadores mais elevados e estáveis: iniciou com 79,4 em 2019 e chegou a 90 em 2023, com crescimento gradual (Gráfico 20).

A tendência é positiva para todos os níveis analisados, com destaque para Tomé-Açu, que teve salto expressivo a partir de 2021, reduzindo a distância em relação ao patamar estadual. Esse crescimento pode estar atrelado à ampliação da infraestrutura de telecomunicações, ao aumento da demanda por conectividade e à popularização dos serviços móveis, sobretudo após a pandemia. A RI Rio Capim também mostrou evolução contínua, embora com valores ainda inferiores. A trajetória do Pará sugere uma base consolidada de acesso à telefonia móvel, servindo como referência para os demais territórios (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

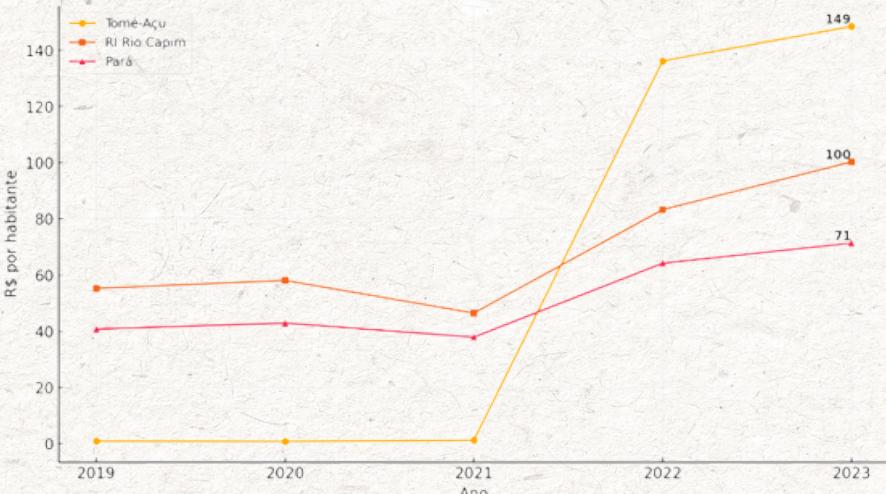
Em Tomé-Açu, os investimentos per capita eram residuais em 2019 e 2020 (R\$ 1,7 e R\$ 1,1, respectivamente), mantendo-se baixos em 2021 (R\$ 2,3). A partir de 2022 houve forte ampliação para R\$ 136,1 e, em 2023, o valor alcançou R\$ 149. Na RI Rio Capim, os valores foram mais estáveis, passando de R\$ 55 em 2019 para R\$ 58 em 2020, caindo para R\$ 48 em 2021, e subindo significativamente nos dois últimos anos: R\$ 83 (2022) e R\$ 100 (2023). O estado do Pará partiu de R\$ 40,8 (2019) e atingiu R\$ 71,1 (2023), com oscilações leves (Gráfico 21).

Os dados mostram um cenário de mudança

abrupta em Tomé-Açu, com priorização recente de políticas voltadas à cultura e meio ambiente. O salto entre 2021 e 2022 reflete esforço de recuperação ou execução de novos programas, superando os patamares regionais e estaduais. A RI Rio Capim seguiu trajetória mais linear, com retomada dos investimentos após 2021. Já o Pará manteve crescimento moderado e contínuo, o que pode indicar estabilidade orçamentária nessa área. O desempenho de Tomé-Açu sugere uma reorientação estratégica de alocação de recursos, com potencial impacto positivo no desenvolvimento sustentável e cultural local (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

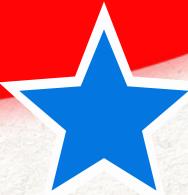
ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





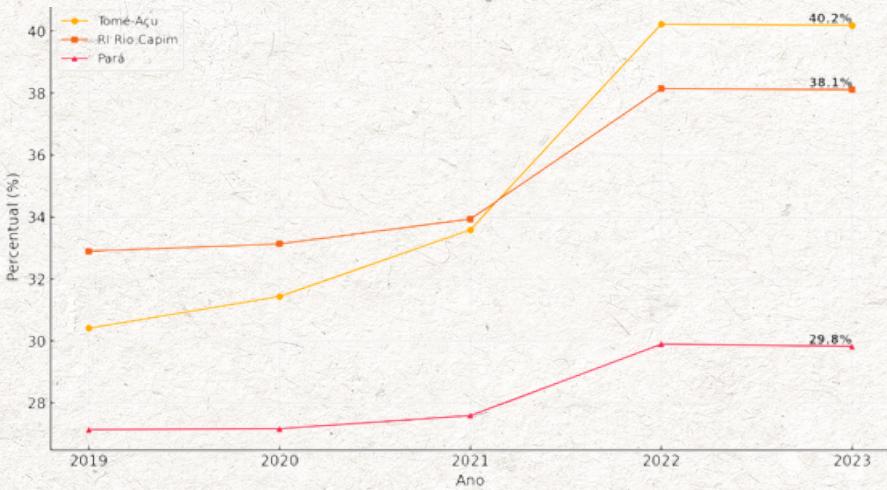
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Tomé-Açu apresentou aumento contínuo nesse indicador: de 30,5% em 2019, passou a 31,6% em 2020, 33,7% em 2021, atingindo 40,2% em 2022 e mantendo-se nesse patamar em 2023. A RI Rio Capim também seguiu tendência de alta: 32,9% (2019), 33,2% (2020), 34% (2021), 38,1% (2022 e 2023). O estado do Pará apresentou os menores percentuais ao longo de todo o período, indo de 27,1% em 2019 para 29,8% em 2022, mantendo esse valor em 2023 (Gráfico 22).

Os dados revelam um agravamento nas condições de destinação adequada de resíduos

sólidos entre a população de baixa renda, especialmente em Tomé-Açu. O aumento de quase 10 pontos percentuais entre 2019 e 2022 indica a ausência ou precariedade de políticas públicas de coleta domiciliar nessa faixa da população. A RI Rio Capim acompanha esse crescimento com valores apenas ligeiramente inferiores. O estado, mesmo com crescimento, ainda apresenta os melhores resultados relativos, o que aponta para disparidades territoriais e a necessidade de ações localizadas para garantir acesso universal ao serviço de coleta regular de lixo (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



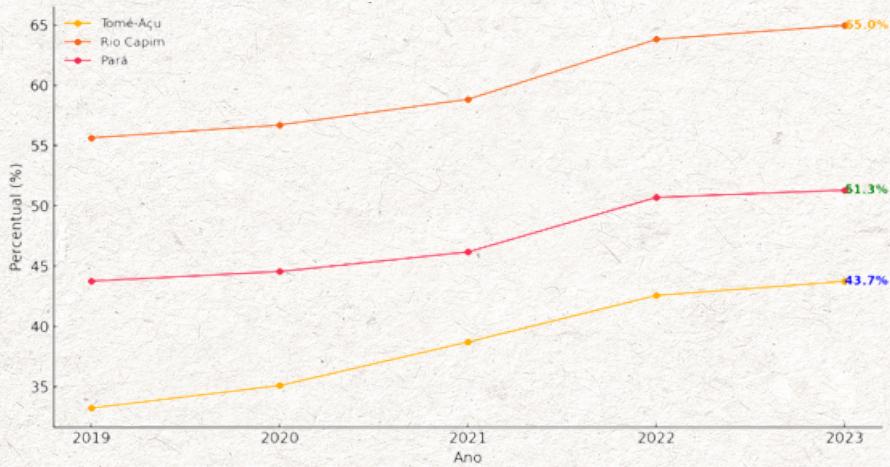
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Tomé-Açu, o percentual de pessoas de baixa renda com fossa rudimentar cresceu de 33,1% (2019) para 35% (2020), 38,7% (2021), 42,6% (2022) e 43,7% (2023). A RI Rio Capim registrou patamares ainda mais elevados, partindo de 55,7% (2019), chegando a 65% em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 44% (2019), crescendo para 46,6% (2020), 51,3% (2022) e mantendo esse percentual em 2023 (Gráfico 23).

O crescimento contínuo do uso de fossas rudimentares entre a população de baixa renda indica agravamento nas condições sanitárias

e limitações no acesso ao saneamento básico. A RI Rio Capim apresenta os piores níveis, com quase dois terços da população vulnerável utilizando soluções sanitárias precárias. Tomé-Açu, embora apresente valores mais baixos que o estado e a região, ainda não mostra sinais de reversão, sendo necessário planejamento e investimento em esgotamento sanitário. O Pará, com valores intermediários, também demonstra estagnação em 2023, o que reforça o desafio de universalizar o acesso a sistemas adequados de saneamento (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



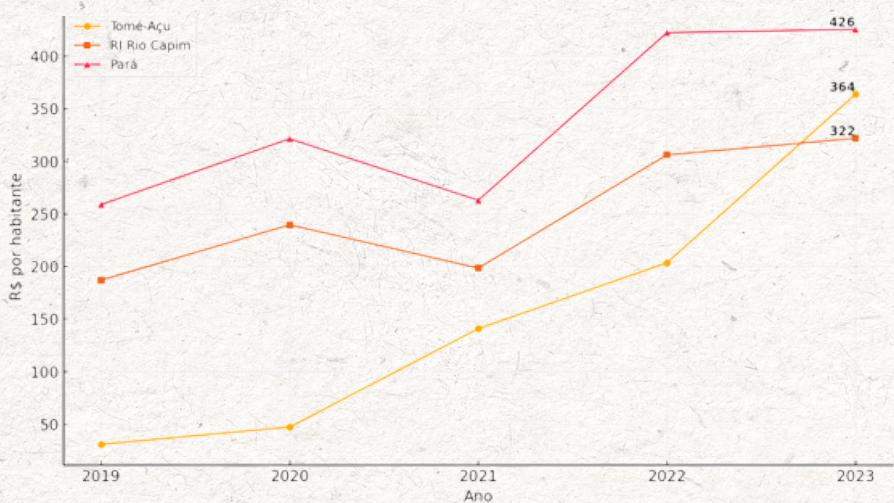
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Tomé-Açu, os gastos per capita com prevenção de desastres cresceram significativamente entre 2019 e 2023. O valor saltou de R\$ 32 para R\$ 364, com aumento mais expressivo a partir de 2021 (R\$ 140). Já a RI Rio Capim apresentou variação de R\$ 188 (2019) para R\$ 322 (2023), com pico em 2022 (R\$ 308) e estabilidade em 2023. O estado do Pará iniciou com R\$ 258 em 2019, subiu até R\$ 324 em 2020, sofreu leve queda em 2021 (R\$ 263) e disparou em 2022, alcançando R\$ 426, mantendo esse nível em 2023 (Gráfico 24).



O crescimento acentuado em Tomé-Açu nos dois últimos anos sugere uma mudança de prioridade na alocação orçamentária, possivelmente em resposta a eventos climáticos críticos ou regulamentações federais. A evolução estadual também aponta para um reforço sistemático na capacidade de enfrentamento a riscos ambientais. A RI Rio Capim manteve tendência crescente, embora com patamar intermediário entre o município e o estado. Esse fortalecimento orçamentário pode indicar uma maior consciência sobre a importância da resiliência territorial e proteção de populações vulneráveis a desastres naturais (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 364/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Despesa per capita com preservação aquática

Tomé-Açu e a RI Rio Capim praticamente não registraram gastos expressivos com preservação aquática entre 2019 e 2023, com valores inferiores a R\$ 1/hab. em quase todos os anos e apenas R\$ 4/hab. em 2023. Em contraste, o estado do Pará mostrou uma política mais ativa: partiu de R\$ 183 (2019), chegou a R\$ 276 (2020), caiu para R\$ 224 (2021), recuou ainda mais em 2022 (R\$ 179) e retomou o crescimento em 2023, atingindo R\$ 287 (Gráfico 25).

A ausência de investimentos relevantes nos recortes municipal e regional indica uma baixa

priorização da agenda de preservação aquática em Tomé-Açu e na RI Rio Capim, o que pode comprometer recursos hídricos e biodiversidade local. O desempenho estadual evidencia maior engajamento institucional com a conservação de ecossistemas aquáticos. A oscilação dos valores no estado pode refletir tanto ajustes orçamentários quanto reconfiguração de programas ambientais. A disparidade entre os níveis territoriais reforça a necessidade de descentralização de políticas ambientais e ampliação do financiamento local (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 4/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

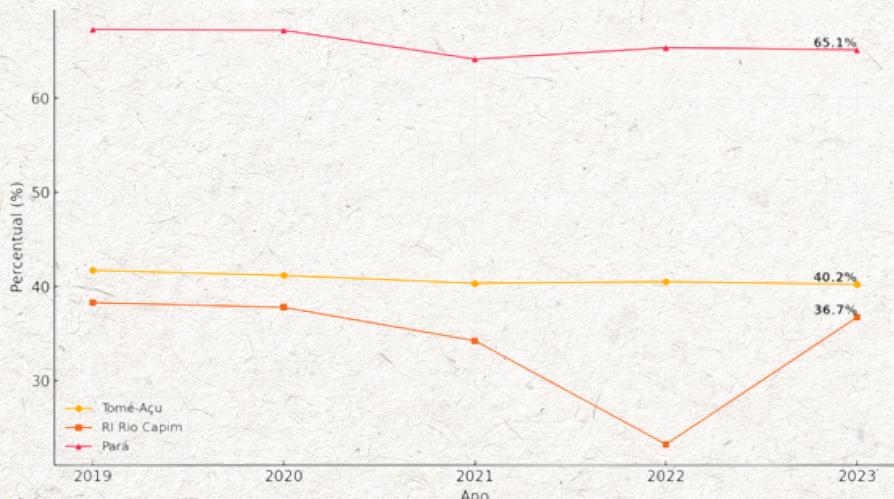
Entre 2019 e 2023, Tomé-Açu manteve estabilidade no percentual de área florestal, partindo de 41,8% e encerrando em 40,2%, sinalizando relativa preservação da cobertura vegetal. A RI Rio Capim iniciou com 38,5% e caiu drasticamente até 22,6% em 2022, mas apresentou recuperação para 36,7% em 2023. Já o Pará manteve-se acima dos 64% em todo o período, com leve oscilação, encerrando com 65,1%. O comportamento estadual revela uma gestão mais eficiente da preservação florestal. Em contrapartida, a queda acentuada e posterior recuperação na RI sugere fragilidade institucional temporária. Tomé-Açu, apesar

de estável, segue com índice inferior à média estadual, indicando espaço para avanços na conservação (Gráfico 26).

A estabilidade de Tomé-Açu pode estar associada à manutenção de áreas de uso sustentável ou menor pressão por expansão agrícola. A forte redução na RI Rio Capim até 2022 levanta alerta quanto à vulnerabilidade da região frente ao desmatamento, mesmo com sinais de reversão. O Pará, com patamar consistentemente alto, destaca-se no cenário regional como referência em proteção florestal. A recuperação na RI pode indicar esforço de recomposição ou controle mais efetivo (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Tomé-Açu apresentou aumento discreto, passando de 58,6% de área desmatada em 2019 para 60% em 2023, mantendo-se num patamar elevado. A RI Rio Capim apresentou a situação mais crítica: partiu de 61,9%, atingiu um pico de 75,6% em 2022 e reduziu para 63,1% em 2023. O estado do Pará manteve o menor percentual ao longo da série, subindo de 21,5% para 23,2%, com crescimento gradual e contido. Esse dados revelam forte contraste entre os níveis municipal/regional e o estadual. Enquanto o Pará parece conseguir conter a expansão do desmatamento, a RI e o município enfrentam maior pressão sobre seus territórios (Gráfico 27).

A tendência de desmatamento elevado e contínuo em Tomé-Açu evidencia desafios ambientais locais persistentes. A situação da RI Rio Capim é ainda mais alarmante, com avanço expressivo até 2022, o que pode estar ligado a práticas ilegais ou desordenadas de uso da terra. A redução em 2023 sinaliza uma possível resposta institucional, embora insuficiente para reverter o histórico. No estado do Pará, o controle mais rigoroso e políticas de conservação podem estar surtindo efeito, mantendo os percentuais bem abaixo da média das demais regiões (Gráfico 27).

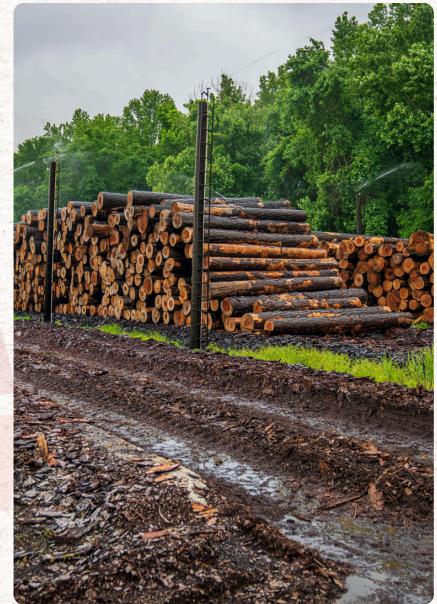
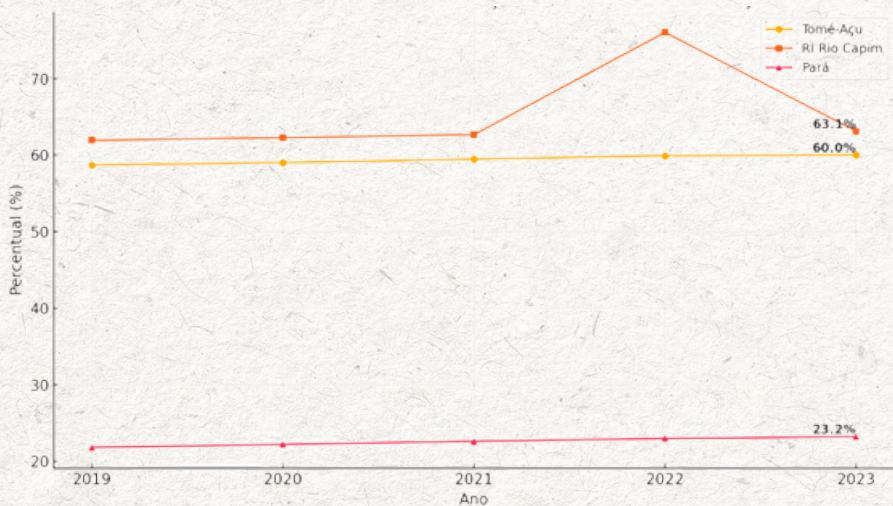


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 60%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Tomé-Açu, a taxa de trabalho infantil caiu de forma consistente, saindo de 25,3 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 18,8 em 2020 e 20,3 em 2021. Em seguida, houve uma queda expressiva para 12,1 em 2022 e, finalmente, 11 em 2023. Na RI Rio Capim, a redução foi ainda mais acentuada, de 31,7 em 2019 para 9 em 2023. Já o estado do Pará iniciou em 39,7 casos em 2019 e reduziu para 11,1 em 2023, demonstrando uma tendência contínua de queda (Gráfico 28).

A análise mostra um avanço

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

significativo no combate ao trabalho infantil em todas as esferas territoriais. Tomé-Açu conseguiu reduzir esse indicador em 64% ao longo do período, enquanto a RI Rio Capim obteve queda de 71%, e o estado do Pará, de 72%. Essa trajetória positiva pode estar relacionada a políticas públicas de proteção à infância, fiscalização trabalhista, expansão escolar e programas sociais. A convergência entre os territórios, com valores próximos em 2023, evidencia uma uniformização das ações de enfrentamento ao problema (Gráfico 28).

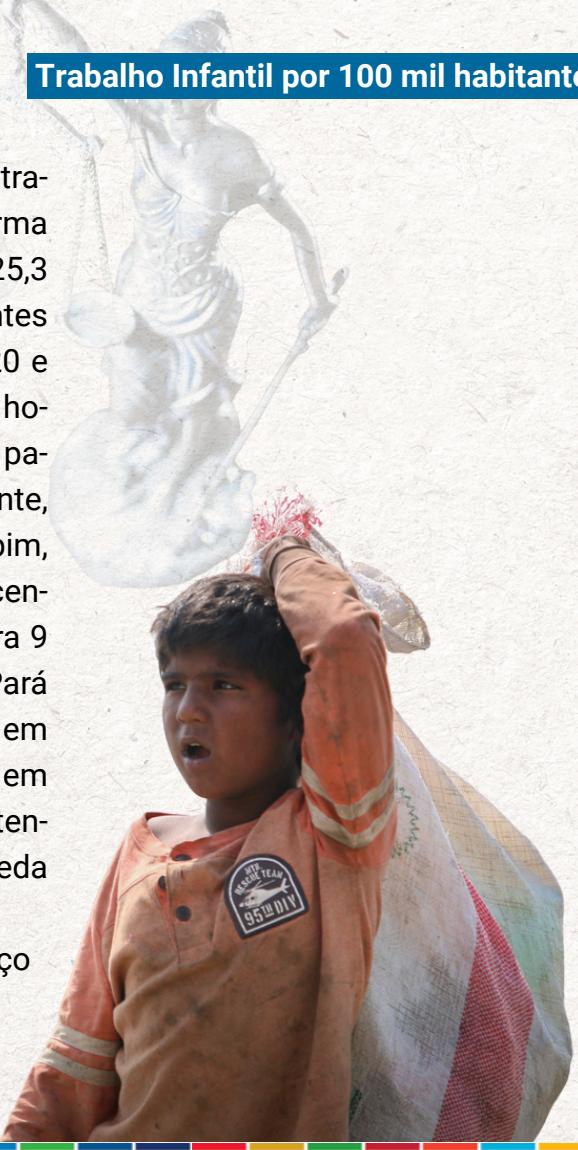
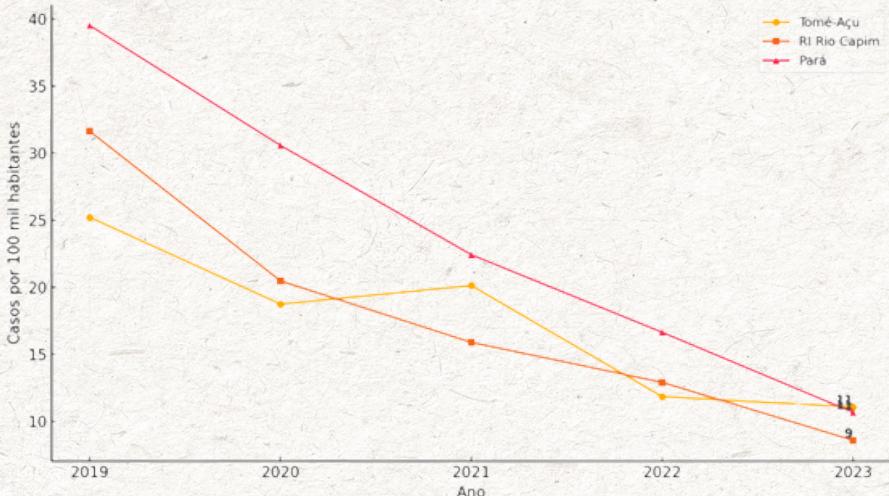




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Tomé-Açu, a taxa de homicídios começou extremamente elevada em 2019, com 88,6 homicídios por 100 mil habitantes, caindo para 72,3 em 2020 e despencando para 44,7 em 2021. Em 2022, a taxa foi de 44,3, e em 2023 reduziu ainda mais para 34. Na RI Rio Capim, o indicador foi mais estável, começando com 45,1 (2019), mantendo 44,7 (2020), subindo para 47,7 (2021), 43,4 (2022) e 47 em 2023. O estado do Pará teve os menores valores, oscilando de 38,7 (2019) para 31 em 2023, com leve variação ao longo dos anos (Gráfico 29).

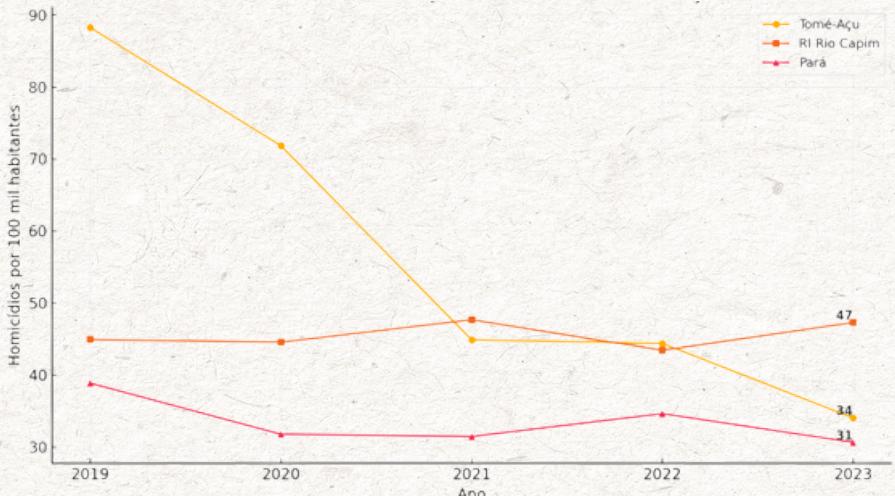
Tomé-Açu apresentou queda de 55 pontos

entre 2019 e 2023, o que representa uma redução de mais de 60%, embora ainda se mantenha acima da média estadual. O desempenho da RI Rio Capim sugere persistência da violência, com oscilações sem tendência clara de redução. O estado do Pará, por sua vez, mostra queda contínua e consistente, o que indica avanço na segurança pública em escala estadual. A situação em Tomé-Açu, apesar da melhora, ainda requer atenção, especialmente considerando o histórico de violência letal elevado no início do período analisado (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



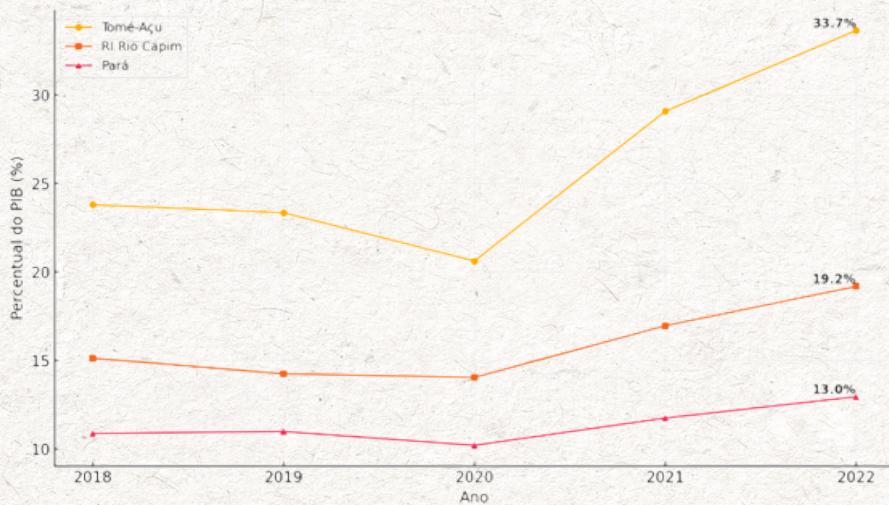


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de Tomé-Açu iniciou 2018 com um gasto público municipal de 23,9% do PIB, mantendo estabilidade em 2019 (23,3%), mas com queda em 2020 (20,7%). A partir de 2021, houve uma elevação expressiva para 28,9%, culminando em 2022 com o maior valor da série: 33,7%. A Região de Integração (RI) Rio Capim apresentou menor intensidade, partindo de 15,1% em 2018, caindo para 14,1% em 2020, e depois crescendo até 19,2% em 2022. O estado do Pará registrou os menores percentuais: de 11,0% em 2018 para 10,1% em 2020, e, finalmente, 13,0% em 2022. A disparidade entre Tomé-Açu e os níveis superiores aumentou significativamente a partir de 2021 (Gráfico 30).

Essa trajetória demonstra uma elevação do esforço fiscal do município de Tomé-Açu nos últimos anos, particularmente após a pandemia. Enquanto o Estado e a RI registraram crescimento moderado, a aceleração no município foi acentuada, com um aumento de 13 pontos percentuais entre 2020 e 2022. Esse comportamento pode refletir maior mobilização de recursos locais, aumento de arrecadação própria ou maior volume de transferências voluntárias e obrigatórias. A diferença de 20,7 pontos entre Tomé-Açu e o Estado do Pará em 2022 evidencia a peculiaridade fiscal do município frente aos seus pares regionais e estaduais (Gráfico 30).

**Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB,
Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2018-2022)**



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.



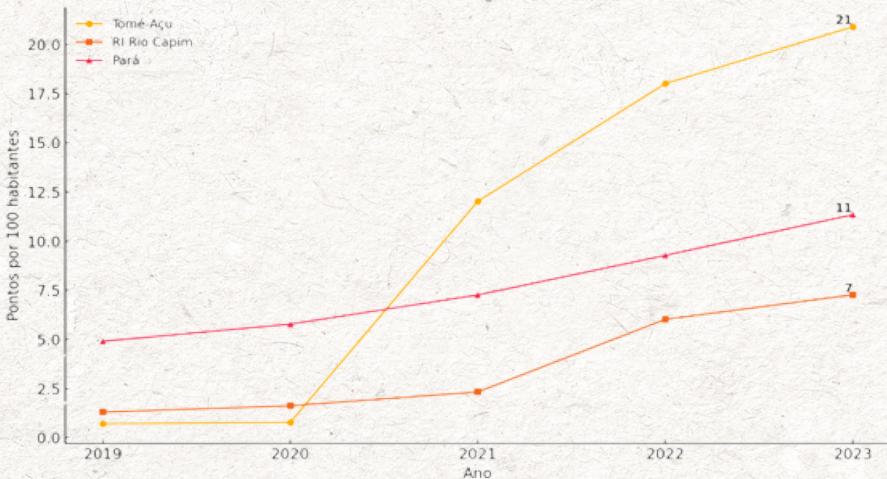
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em 2019, Tomé-Açu tinha apenas 0,8 pontos de acesso à banda larga fixa por 100 habitantes, praticamente estável em 2020 (0,9). No entanto, houve uma inflexão marcante em 2021, quando o índice saltou para 12,0, seguido por mais dois anos de crescimento: 18,0 em 2022 e 21,0 em 2023. A RI Rio Capim seguiu uma trajetória mais contida, indo de 1,4 em 2019 a 7,0 em 2023. O estado do Pará apresentou uma elevação mais contínua e menos abrupta: de 5,0 pontos em 2019 para 11,0 em 2023 (Gráfico 31).

Esse avanço acelerado de Tomé-Açu a partir

de 2021 revela uma mudança significativa no acesso digital local, possivelmente impulsuada por investimentos em infraestrutura de telecomunicações e aumento da demanda por conectividade. A diferença entre o município e sua região de integração, que era inferior até 2020, tornou-se amplamente favorável ao município a partir de 2021. Em 2023, Tomé-Açu já superava o dobro da média estadual, revelando uma transformação digital mais intensa que seus entornos e podendo impactar positivamente serviços públicos, educação, e inclusão digital da população (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

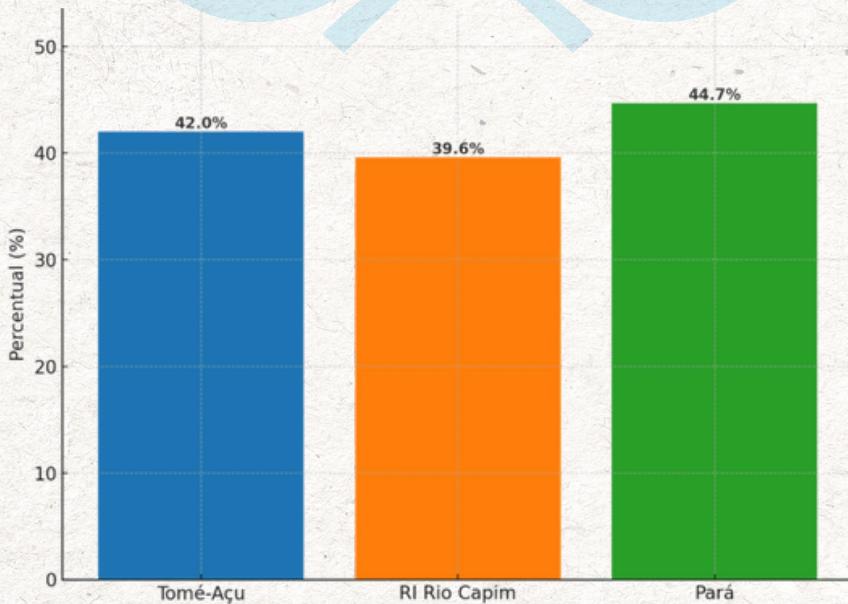
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Tomé-Açu** registrou um IDS de **42%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Tomé-Açu x RI Capim x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



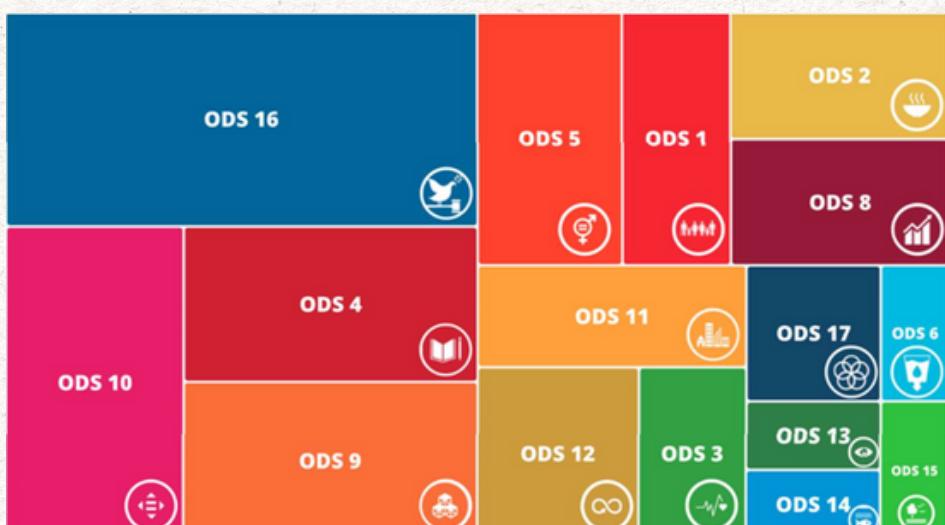
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Tomé-Açu na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Tomé-Açu e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

